



CÂMARA MUNICIPAL  
DE PORTO NACIONAL - TO  
PROVIDENCIADO  
PORTO NACIONAL - TOCANTINS  
EM: CÂMARA MUNICIPAL

Apresentado em  
Data 04/03/24

GABINETE DO VEREADOR JEFFERSON LOPES

Requerimento		2024
Indicação	124	2024
Moção de Aplausos		2024
Moção Condolências		2024
Emenda		2024

Escola	
CMEI	
Secretarias	Educação
Estado	
Outros	

Aprovado em  
Data 04/03/24

Fundamentado, no disposto no **Artigo 136 e 139** e seguintes do Regimento Interno desta Câmara Municipal, solicita à Mesa Diretora, que depois de ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente instrumento indicativo ao Exmo. Prefeito Ronivon Maciel, cientificando-lhe da necessidade **Urgente, Urgentíssima** de:

**1 INDICO AO SENHOR PREFEITO RONIVON MACIEL ATRAVÉS DO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A AGILIDADE NA ALTERAÇÃO DA NORMATIVA DA LEI Nº 1896 DE 26 DE JUNHO 2007, NO ARTIGO 2º QUE ESTABELECE ATENDIMENTO SOMENTE PARA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU COMPANHEIRA, FILHOS OU PAIS, POIS PRECISAMOS QUE ESSES DIREITOS TAMBEM ATENDAM OS SERVIDORES PORTADORES DE NECESSIDADE ESPECIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

**JUSTIFICATIVA:**

Senhora secretária esta demanda foi discutida e solicitada por meio de reuniões comunitárias, tendo em vista a necessidade dos servidores públicos municipais foi detectada a possibilidade que os mesmos sejam amparados pela lei LEI Nº 1896 DE 26 DE JUNHO 2007 NO ARTIGO 2º.

Na certeza de contar com o apoio dos Nobres Pares, na aprovação da presente proposição, desde já agradeço.

Soares Filho  
Vereador

Cláudio Araujo  
Vereador

Jefferson Lopes

Vereador e Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social.

AVENIDA MURILO BRAGA, n.º 1.887 / BAIRRO CENTRO / CEP: 77.500-000  
FONE/FAX: (63) 3363.1731 / PORTO NACIONAL.

CÂMARA MUNICIPAL  
DE PORTO NACIONAL - TO  
PROVIDENCIADO  
EM: 08/03/24 OF. n.º 038



**Estado do Tocantins  
Município de Porto Nacional**

**MINUTA DE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.**

**Dispõe sobre a concessão de benefícios aos servidores do Poder Público Executivo Municipal.**

**A Câmara Municipal de Porto Nacional, Estado do Tocantins, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1.0 - É concedido ponto facultativo ao servidor público na data do seu aniversário.**

**Parágrafo único. O servidor, em acordo com o setor de pessoal, pode fruir este benefício em outra data que não ultrapasse o próximo aniversário.**

**Art. 2º. E de seis horas diárias ininterruptas o período de trabalho do servidor público com deficiência e que tenha cônjuge, companheiro ou companheira, filhos ou pais, com deficiência.**

**Parágrafo único. A concessão de que trata o caput deste artigo é deferida:**

**I - ao cônjuge, companheiro ou companheira, ou a um dos filhos, quando cônjuge e filhos forem servidores públicos;**

**I - a apenas um dos cônjuges, companheiro ou companheira, quando ambos forem servidores públicos;**

**III - a apenas um dos irmãos, quando forem servidores públicos.**

**Art. 30. Incumbe à Secretaria da Administração adotar as medidas necessárias à implementação do disposto nesta Lei, no prazo de noventa dias de sua vigência.**

**Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, aos dias \_\_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_ de 2024.**



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**LEI N.º 1.896 DE 26 DE JUNHO DE 2.007.**

*Dispõe sobre a concessão de benefícios aos servidores do Poder Público Executivo Municipal.*

**O PREFEITO DE PORTO NACIONAL**  
**Faço saber que:**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** - É concedido ponto facultativo ao servidor público na data do seu aniversário.

Parágrafo único. O servidor, em acordo com o setor de pessoal, pode fruir este benefício em outra data que não ultrapasse o próximo aniversário.

**Art. 2.º.** É de seis horas diárias ininterruptas o período de trabalho do servidor público que tenha cônjuge, companheiro ou companheira, filhos ou pais, portadores de necessidades especiais.

Parágrafo único. A concessão de que trata o caput deste artigo é deferida:

I - ao cônjuge, companheiro ou companheira, ou a um dos filhos, quando cônjuge e filhos forem servidores públicos;

II - a apenas um dos cônjuges, companheiro ou companheira, quando ambos forem servidores públicos;

III - a apenas um dos irmãos, quando forem servidores públicos.

**Art. 3.º.** Incumbe à Secretaria da Administração adotar as medidas necessárias à implementação do disposto nesta Lei, no prazo de noventa dias de sua vigência.

**Art. 4.º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, aos 26 dias do**  
**mês de junho de 2.007.**

  
**PAULO SARDINHA MORÃO**  
**Prefeito Municipal**